

política

Municípios poderão deixar de pagar Previdência

Prefeituras terão possibilidade de suspender até o final do ano sua cota de contribuição previdenciária de regime próprio

/ CLIMA

Diego Nuñez

diegon@jornaldocomercio.com.br

Em audiência com prefeitos gaúchos, realizada no auditório da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs), o ministro da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS Paulo Pimenta (PT) fez anúncios referentes ao regime de Previdência dos municípios do Estado. O governo federal vai permitir que, até o final do ano, as prefeituras possam suspender sua cota de contribuição previdenciária de regime próprio.

Atualmente, 363 cidades gaúchas têm regime próprio de Previdência. A medida, porém, beneficia apenas aquelas com reconhecimento oficial de estado de calamidade ou de emergência no período.

Ao optarem pela prorrogação do pagamento de sua parte da contribuição até janeiro de

2025, quando se encerra o atual mandato dos Executivos municipais, os gestores podem fazer o parcelamento em até 60 meses (cinco anos) para acertar o pagamento da contribuição.

Com essa possibilidade, o governo espera gerar alívio para os cofres das prefeituras, principalmente daquelas impactadas diretamente pelas enchentes. “Na prática, isso permite que os municípios possam ficar oito meses sem recolher a parte da prefeitura do fundo próprio (de previdência) e isso garante um ganho no fluxo financeiro do dia a dia da prefeitura. Estes oito meses podem ser parcelados em até 60 parcelas. Dá um ganho imediato e permite que esse não pagamento possa ser quitado durante cinco anos”, afirmou o ministro Pimenta.

A medida garante a regularidade previdenciária das prefeituras mesmo sem estarem fazendo o pagamento de sua cota de contribuição. Para vigorar, os prefeitos devem aprovar projetos



TÂNIA MEINERZ/JC

Medida beneficia administrações com reconhecimento oficial de estado de calamidade ou emergência

de adesão à medida em suas respectivas câmaras municipais.

“Para que não haja dúvida do ponto de vista jurídico, a melhor solução é encaminhar um projeto de lei para a câmara de vereadores aprovando o parce-

lamento e tirando qualquer risco de questionamento jurídico. Além disso, por precaução, vamos levar ao Tribunal de Contas (da União, TCU) essa proposta. Mas, no meu entendimento, havendo aprovação legislativa, se

afasta qualquer risco”, explica o ministro da Reconstrução.

No total, a possibilidade de prorrogação do pagamento durará oito meses. Dois que já passaram - maio e junho - e os seis meses restantes até o final do ano.

Prefeito Sebastião Melo entrega à Câmara projeto para reconstruir Porto Alegre



ALEX ROCHA/PMPA/DIVULGAÇÃO/JC

Proposta foi entregue ao presidente da Câmara, Mauro Pinheiro (c)

O prefeito de Porto Alegre Sebastião Melo (MDB) compareceu à Câmara Municipal nesta quinta-feira para entregar o projeto de lei que propõe a criação do Programa Porto Alegre Forte e do Escritório de Reconstrução e Adaptação Climática.

A proposta visa estabelecer um órgão responsável pela integração de todas as secretarias municipais para executar o plano estratégico emergencial de reconstrução da Capital após a enchente. “Com o

diálogo que marca a gestão, entregamos esta iniciativa fundamental para a retomada econômica, social e de infraestrutura da nossa cidade”, afirmou o prefeito, que entregou o documento ao presidente do Legislativo, vereador Mauro Pinheiro (PP).

A estrutura temporária será vinculada ao Gabinete do Prefeito e ficará sob coordenação do secretário municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Germano Bremm. Serão criados

dez cargos técnicos e dois adjuntos. O escritório irá atuar até dezembro e terá reforço de 30 profissionais já em atividade na prefeitura.

No total, a Prefeitura projeta investimentos de aproximadamente R\$ 850 milhões. O planejamento estratégico será dividido em seis eixos: infraestrutura e equipamentos públicos; habitação de interesse social; projetos urbanos resilientes; recuperação de atividades empresariais; adaptação climática; e monitoramento e transparência.

Lira recua e tira PEC da Anistia de pauta em meio a tentativa de acordo com Senado

/ CONGRESSO NACIONAL

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), recuou e tirou nesta quarta-feira da pauta de votações do plenário da Casa a PEC da Anistia, proposta que visa dar um perdão a irregularidades cometidas por partidos, em especial a falta de aplicação de recursos em candidaturas de mulheres e negros. A PEC havia entrado na pauta de votações na última terça-feira após reunião de Lira com líderes partidários.

Nos bastidores, deputados afirmaram que o desengaveta-

mento da proposta, que estava parada desde 2023, ocorreu após garantia de que o Senado também abraçaria a medida.

Essa informação teria sido levada a líderes partidários pela presidente do Podemos, a deputada Renata Abreu (SP), além de outros presidentes de partidos. Essa garantia, porém, passou a ser motivo de dúvida na Câmara dos Deputados.

Abreu havia se reunido há cerca de 15 dias com líderes partidários no Senado e na Câmara, e teria dito que um novo texto seria apresentado e amenizaria um

pouco o impacto da medida. Em vez de anistiar toda e qualquer irregularidade cometida pelos partidos, a ideia agora seria doar apenas a falta de aplicação de recursos nas candidaturas de negros, multas e juros de outras punições, e instituir um Refis, benefício para pagamento de dívidas, aos partidos.

Além da possibilidade de parcelamento dos débitos, os partidos também poderiam usar recursos públicos do Fundo Partidário para quitá-los. O novo texto reforça também anistia e imunidade tributária a partidos,

suas fundações e institutos.

Nesta quarta, Lira avisou a dirigentes de outros partidos que só levará a PEC da Anistia a voto se o próprio Rodrigo Pacheco, presidente do Senado, disser publicamente que analisará a proposta na Casa. O presidente da Câmara manifestou a aliados ter recebido relatos de presidentes de outras legendas de que Pacheco se comprometeu a levar adiante a matéria, mas reafirmou que só passará a confiar nisso se ouvir do próprio senador.

A Câmara chegou a tentar votar a PEC em outubro do ano pas-

sado em comissão especial, mas reação contrária barrou a medida. Como não houve votação na comissão no prazo, o presidente da Câmara pode levar o assunto diretamente para o plenário.

A PEC da Anistia conta com o apoio de praticamente todos os partidos, tendo como oposição aberta apenas o PSol e o Novo. Ela já foi aprovada pela CCJ da Câmara e estava em uma comissão especial. Houve três tentativas de votação na comissão no ano passado, mas divergências em alguns pontos específicos adiaram o desfecho.